

Capitalismo e protestantismo

ANTONIO DE GODOY SOBRINHO*

Na edição da Folha de Londrina, do dia 20/3/77, o ilustre professor Hamil Adum teceu considerações sobre o capitalismo, dando ao seu artigo o subtítulo de "um mergulho no protestantismo", colocando, quase que no frontispício da arquitetura de suas idéias, um problema que tem sido a "cruce interpretorum" dos que se propuseram a relacionar o capitalismo moderno com o protestantismo.

Todavia, a forma como foi colocado o problema pelo prezado professor nos pareceu destituída de uma metodologia mais segura, que lhe facultasse proporcionar, com clareza, os horizontes que tanto o problema do capitalismo como do protestantismo descortinam ao pesquisador social. Como sói acontecer, o nome de Max Weber é referência obrigatória em considerações quejandas. Porém, devemos ressaltar que nem o próprio Max Weber, herdeiro, de certa forma, da tradição protestante, pretendeu dar um "mergulho" no protestantismo como quis fazê-lo o prof. Hamil. O receio que Max Weber teve de ver o seu "mergulho" não passar de um escorregão o fez ser severamente

cuidadoso em apresentar, com modéstia e limitações, a visão moral que os legítimos protestantes tiveram da realidade social, política, histórica e econômica dos fatos. Aliás, a visão moral e o compromisso ético, propugnados pelos reformadores protestantes, têm muito a ver com a noção de história que eles redescobriram em Santo Agostinho. Compreender o espírito do protestantismo, que tem nuances variadíssimas, não é tarefa tão fácil como possa parecer à primeira vista, a ponto de se crer que com algumas frases — de tão surradas, já parecem refrão — seja possível nele dar um "mergulho", descobrir-lhe a essência e divisar-lhe o espírito. Consulte-se um teólogo católico atual e muito conhecido na Europa, Hans Küng, para se ter a noção correta, e ao mesmo tempo solene, da imensa dificuldade que ele sentiu para entender o genuíno pensamento dos grandes reformadores protestantes. Consulte-se, também com o mesmo objetivo, o memorável protestante francês Augusto Sabatier, cuja obra *As Religiões de Autoridade e a Religião do Espírito*, dotada de tanta argúcia e perspicácia, pode ser considerada clássica neste assunto.

Já em 1952, Lewis Mumford, em *A Condição de Homem*, discutia o problema levantado por Max Weber, dizendo que a tese deste último havia se tornado muito aceita na década de 40, mas que, em vista dos fatos patentes da história, essa tendência de admitir que o protestantismo te-

(*) Prof. de Filosofia e Diretor do CESULON.

ria desempenhado papel decisivo na concepção e desenvolvimento do capitalismo era tão estranha quanto indefensável. A heresia do capitalismo, como assim o designa Mumford, já existia no século XIII, na Itália, e tinha o amparo dos escolásticos que inventaram a teoria decisiva do “tesouro da salvação” e o amparo da igreja da época, momento em que já se comercializava o próprio dinheiro e em que o instituto do juro era oficial. Iniciado no século XIII, o capitalismo foi ter o seu grande impulso com a primeira revolução industrial do século XVIII, na Inglaterra, estendendo-se posteriormente à Europa, América do Norte, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul e, incluindo suas manifestações colonialistas, chegou a dominar o mundo durante o século XIX. O capitalismo tem sua real origem na propensão que o homem tem para “trocar e negociar uma coisa pela outra”. E o velho Adam Smith, lá pelos idos de 1776, quando escreveu um estudo acerca da natureza e causa da riqueza das nações, tomando aquele ponto de partida, empreendeu analisar o capitalismo como sistema político-econômico, desde o momento em que o mesmo surgiu na sua forma comercial ou mercantil até à sua forma industrial. Nem Smith nem Karl Marx, depois (o primeiro era inglês e o segundo viveu na Inglaterra), se lembraram de relacionar o fenômeno do capitalismo com a ética protestante, como viria Max Weber a fazê-lo, o que causou, na época, certa surpresa. Aliás, a tese de Max Weber se enfraquece bastante quando ele mesmo apresenta a estatística, tomada de Offenbacher, de que, em Baden, em 1895, havia capital tributário, por rendas de capital, de 954.060 marcos para cada mil habitantes protestantes, contra 589.000 marcos, pela mesma quantidade de católicos. E os judeus, por sua vez, excediam em muito estas cifras, com 4 milhões de marcos para cada mil. No caso dos judeus, seria a ética protestante a alavanca da sua riqueza? Simplesmente inadmissível! O próprio livro de Max Weber está refeito de citações dos mais destacados líderes protestantes, desde Lutero até Wesley, os quais vergastam, com objurgatórias causticantes e intemoradas, a ganância pelo lucro e o pecado odioso da cobrança de juros. Os lombardos, que eram os banqueiros da época, foram excluídos da comunhão da igreja dos huguenotes por causa da luta destes últimos contra a *usuraria pravitatis* (perversidade da usura) dos primeiros e porque o espírito do lucro capitalista era considerado como *turpitude* (torpeza). Jamais pense o prof. Hamil em identificar o pragmatismo ético de um Franklin, tão citado no livro de Max Weber, e para quem até o tempo é dinheiro, com a ética dos reformadores protestantes.

Não resta a menor dúvida de que a dou-

trina da predestinação, tal como foi exposta por Calvino, exorbitava um pouco do claro ensino paulino contido na Epístola aos Romanos. Mesmo assim, a doutrina em si nada tem a ver com o capitalismo, e o próprio Max Weber acenua que “o velho protestantismo de Lutero, Calvino, Knox e Voet teria pouco a ver com o que hoje se chama progresso”, tomando progresso, palavra que Max Weber coloca entre aspas, como algo parecido com o resultado do sistema capitalista. Um acurado estudo de Calvino nos vai mostrar que, apesar do seu exagero, o tratamento dado à doutrina da predestinação visava a colocar, diante do cristão, a sua responsabilidade face à eleição da graça divina. Em síntese, era preciso — raciocinava Calvino — fazer com que o cristão fosse arrancado de sua apatia tão dominante na Idade Média e tomasse consciência efetiva e real de seu estado, de sua condição e de sua função, no plano divino da eleição ou da redenção do homem. Era imprescindível que o cristão tivesse esta convicção, esta certeza. Daí a expressão “certitudo salutis” (segurança da salvação), que denotava que a verdadeira fé não era uma questão meramente emocional, mas uma questão de conhecimento, o qual se fazia acompanhar dos seus legítimos frutos, a saber, o amor e a obediência a Deus. Jamais passou pela mente de qualquer protestante de mediana inteligência que a “certitudo salutis” era medida na proporção do sucesso econômico. Afirmar, como o fez o prof. Hamil, que “quanto mais rico um homem, mais salvo ele estava” é a mesma coisa como que querer provar a quadratura do círculo. Também jamais se pense que a predestinação queria dizer que o mundo, tal como estava, correspondia a um plano divino preordenado, o que, por si só, justificaria as desigualdades e as diferenças entre as diversas classes sociais. Este era justamente o ponto de vista da igreja católica da época, cujos pensadores mais proeminentes adotaram o realismo como a forma de explicar a realidade. Segundo este realismo, a sociedade e as instituições, tal como estavam dispostas, eram o espelho objetivo e concreto de um plano divino e, conseqüentemente, mexer em qualquer das peças da história era tentar mexer em tal plano, que não precisava de nenhum corretivo, em face de ser perfeito e intocável. Foi este imobilismo o responsável pelo atraso da civilização ocidental, que os protestantes atacaram com todas as armas, a ponto de Lutero, por exemplo, ser ameaçado de excomunhão, por ser tido como um nominalista, isto é, justamente o contrário do que deveria ser um realista. Portanto, o que o prof. Hamil chama de “aspectos tremendamente negativos da doutrina protestante” pode ser, com toda a justiça e após dedicado estudo, tido como extraordi-

nariamente positivo, pois o próprio Weber assim o reconhece, quando, fazendo um estudo brilhantíssimo acerca da vocação (terceira parte do primeiro capítulo), afirma que "nem na Idade Média, nem na Antigüidade (o helenismo da última época) se colocaram os pressupostos para esta elevada concepção do trabalho cotidiano, que esta idéia de profissão implica" e que "o absolutamente novo era considerar que o mais nobre conteúdo da própria conduta moral consistia em sentir, como um dever, o cumprimento, no mundo, da tarefa profissional."

Naturalmente, as comunidades protestantes deveriam ser mais prósperas do que as demais, tendo-se em vista o forte e arraigado sentimento de vocação, de participação, de solidariedade, de trabalho, de economia, de frugalidade, de comedimento, de mordomia, de sobriedade, de combate à ostentação, ao luxo e ao vício que sua ética impunha. Levavam elas, quase que ao pé da letra, a or-

denança bíblica de não gastar o dinheiro naquilo que não fosse pão e de não dissipar os frutos do trabalho (Isaias 55:2). E foram elas, na história da evolução da sociedade, as primeiras a falar que os bens, conquistados por força de tal comportamento moral austero, só tinham algum valor se visassem ao bem comum, isto é, de todos. E isto Max Weber demonstra à saciedade no seu livro. Basta lê-lo mais atentamente.

Finalmente, embora não sendo, como cristão, defensor do sistema capitalista, gostaria-mos que o prof. Hamil atentasse para a afirmação, que o próprio Weber faz na introdução do seu livro, de que "a ganância pelos lucros e a tendência ao enriquecimento, sobretudo ao enriquecimento monetário no maior grau possível, são coisas que nada têm a ver com o capitalismo". E nós acrescentaríamos, sem nenhuma tergiversação: muito menos com o protestantismo!